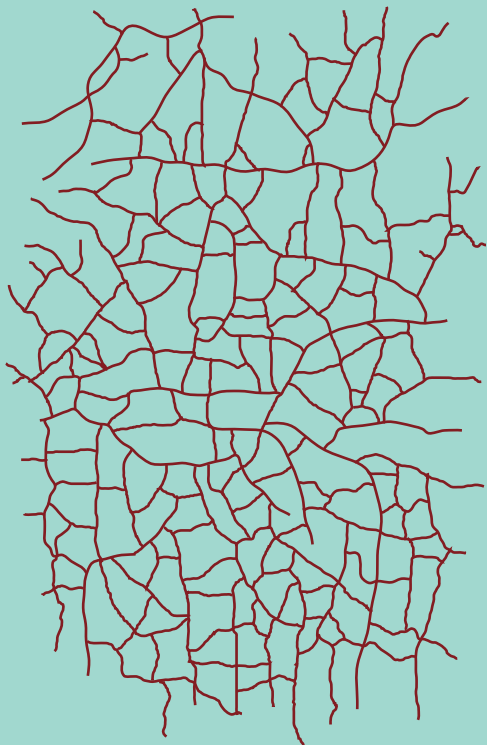


revolta

intervenção e



Avanço da militarização e poder da polícia nas periferias. Estado de exceção. Necropolítica. A intervenção militar no Rio de Janeiro nada muda, sequer a “sensação de segurança”. Ainda assim, nada é o mesmo: mataram a Marielle! A lógica da guerra é também a de produzir normalidades - sabemos bem: a exceção é a regra. Como produzir zonas de criação e resistência na era do medo? Nosso caminho tem sido pelo que chamamos de pesquisa-luta: investigações coletivas e autônomas que possam nos oferecer instrumentos para o combate: formas, práticas, cuidados, novas infraestruturas para uma vida em comum. Pensar com a luta e não mais “sobre” ela. Nesse espírito, chamamos uma conversa-ato dia 1o. de março na Vila Itororó Canteiro Aberto, em São Paulo. De lá saiu boa parte dos textos aqui reunidos, complementados por outras contribuições. Uma delas é a transcrição de uma fala de Marielle Franco para um vídeo da PAVIO em 19 de fevereiro. Após sua execução, também seu nome e sua imagem vêm sendo alvos de uma disputa e usados até para justificar a presença das Forças Armadas nas ruas do Rio de Janeiro. É importante trazer aqui a força de sua fala que permanece resistindo à pacificação militarizada e midiaticizada da revolta. Essa pequena publicação é feita de colaboração, generosidade e tumulto. Estar com o corpo na rua é o que move todas as reflexões aqui presentes.

A revolta é o estado de exceção.

#QuemmatouMarielle?

Índice

04	<u>1968 + 50</u> Edson Teles	+
08	<u>Medo como projeto de governo</u> Rosane Borges	textos online em https://urucum.milharal.org
14	<u>Revolta e exceção</u> Hugo Albuquerque	<u>Entrevista com Monica Cunha</u> Alana Moraes e Fábio Zuker
18	<u>A farsa da democracia securitária</u> Acácio Augusto	<u>Um mundo de soldados e estrangeiros</u> Fred Lyra
24	<u>E nós, o que dizemos?</u> Jacqueline Sinhoretto	<u>A morte branca de uma feiticeira negra</u> Alana Moraes
26	<u>Contramaré</u> Tadeu de Paula	<u>15 de março. Ato por Marielle Franco</u> Gavin Adams
30	<u>Marielle Franco para Pavo</u> <u>em 19 de fevereiro de 2018</u>	<u>Do protesto aos arranjos tecnopolíticos:</u> <u>recursividade e reticulação</u> Henrique Parra
35	<u>Narco-estado no México</u> entrevista com Sayak Valencia	
38	<u>Narcomáquina e performance de gênero</u> Sayak Valencia	

A expressão “sensação de insegurança” tem se tornado o bordão mais ouvido e falado quando o assunto é segurança pública. Parece-nos que ela pode ser lida como a representação do medo instalado nas subjetividades e que as conduzem à aceitação de medidas “duras” contra os perigos à vida cotidiana. Chega-se assim a se desejar ações policiais fora dos padrões de dignidade humana ou a criação de leis com ainda maior poder punitivo.

O medo que emerge através da percepção de fragilidade serve como um dispositivo de controle social e autoriza o uso de força desmedida por parte das instituições. Tal como em um laboratório se experimenta a produção de modos de vida apoiados na insegurança, ao mesmo passo em que se realiza a montagem de um estado securitário.

No ano de 1968 conjugaram-se linhas de força em favor da construção dos dispositivos de segurança que, pouco a pouco, comporiam as arquiteturas do medo e da violência, atos autorizados mais pelas normas sociais do que pelas leis. Sabemos que as práticas de dominação são anteriores a esta data. Contudo, o 68 brasileiro tem a marca de efeméride das estruturas autoritárias.

Naquele ano, no dia 13 de dezembro, a ditadura decretava o Ato Institucional número 5: “Considerando que a Revolução Brasileira de 31 de março de 1964 institucionalizou (...) autêntica ordem democrática, (...) baseada no combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo”. O governo militar decretou o aumento de seus poderes para fechar o Congresso, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos, suspender direitos, confiscar bens, entre outros.

Nos artigos finais do AI-5 se declarava abertamente os paradigmas de governo do estado securitário. O artigo décimo suspendia o habeas corpus “nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem

04

05

econômica e social e a economia popular”. O corpo passaria a ser o alvo principal das novas configurações de governo, que atingiria todas as esferas da vida coletiva e política. Seguiram-se a este decreto os anos com maiores ocorrências de desaparecimentos forçados.

No artigo décimo-primeiro decretava-se a exclusão de “apreciação judicial de todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional”. A impunidade da violência de Estado se tornaria a regra. Em síntese, haveria lei, uma constituição, ainda que outorgada, mas em nome da segurança se autorizaria a violência impune e o elemento central da ação repressiva seriam os corpos atípicos (aqueles fora da normalidade das várias “ordens”).

Instituíam-se o formato do estado de exceção. Sob uma “necessidade maior” ou “emergencial” os poderes soberanos, executores e garantidores das ordens, são autorizados a agirem fora das regras, com uso de violência e sob o desrespeito de direitos com o objetivo alegado de restabelecer a ordem. Indistinação entre o lícito e o ilícito, ou uso do legal para acionar a contenção abusiva, prática que se ampliaria na democracia.

Cinquenta anos depois o Estado securitário se dinamizou, aprofundou suas técnicas, desenvolveu novas tecnologias e, principalmente, ampliou sua rede de controle social. Seja na posse latifundiária e industrial das terras, na criação e aperfeiçoamento das polícias militares, na reprodução de um sistema de transporte público de baixa qualidade e caro, na manipulação dos sistemas educacionais e de saúde de modo a favorecer as grandes corporações, na estrutura urbana de habitação extremamente desigual. São várias as fisionomias da produção de fragilidades e de demandas pelo uso da violência.

O pano de fundo histórico elaborado na ditadura e potencializado nas últimas décadas é o da lógica do inimigo interno. Sob a justificativa de combate ao comunismo e aos subversivos, os militares organizaram, junto com setores civis, um forte aparato repressivo fundamentado na Doutrina de Segurança Nacional. De acordo com esta Doutrina, o “inimigo” a ser combatido pelas “forças de segurança” não viria

do exterior, invadindo as fronteiras do país. Mas seriam os “insurgentes” e “subversivos”, internos ao território nacional. O perigo à ordem estaria entre “nós”.

A democracia manteve a concepção da segurança pública como a da guerra contra o inimigo interno, variando entre “bandidos”, militantes de movimentos sociais, “craqueiros”, jovens negros e pobres, “vândalos”. Em junho de 2013 e em outros momentos de conflito fora da média aceita pela política de contenção (ocupações secundaristas, “Não vai ter Copa”, “Fora Temer”, luta por moradia), combina-se a repressão policial com a produção do “inimigo” e o elogio de um poder higienizante e “pacificador”.

Falar da ditadura e relacioná-la com o presente não indica somente a existência de um legado autoritário do regime militar. Não se trata apenas de algo que permaneceu, mas de uma estrutura autoritária, institucional e também pulverizada nas variadas formas de relações sociais que tem se sofisticado nas últimas décadas. Mais do que se perguntar sobre o que resta do AI-5, seria salutar a questão sobre qual paradigma, quais estratégias, que técnicas ou tecnologias de governo, com quais arquiteturas e engenharias políticas a democracia, dando seguimento a projetos elitistas e conservadores, produziu e intensificou as estratégias de dominação?

Não se trata de confundir a ditadura com a democracia vigente. Trata-se de aprofundar a compreensão dos genocídios dos negros e dos índios, do feminicídio, da criminalização das lutas políticas, entre outras formas de controle por meio da violência. Penso que elas não são erros ou falhas do estado democrático de direito. Ao contrário, exercem com eficácia o aperfeiçoamento do processo de incorporação do medo e da violência pela via dupla das normas sociais – que procuram modular os corpos dóceis e submissos – e das forças institucionais de contenção.

06



Intervenção militar e o medo como projeto de governo

fala de Rosane Borges na conversa-ato Urucum, Vila Itororó Canteiro Aberto

14:00

O Edson, de maneira magistral, já pavimentou o terreno e sintetizou de maneira muito eloquente o que seria, digamos, o que a gente pode chamar de estado da arte do nosso momento. E aí eu não iria numa linha muito diferente da do Edson, só fazendo alguns acréscimos.

14:34

o primeiro é de pensar que o medo é a variante hegemônica dos nossos tempos. Se a gente pensar a europa, são os imigrantes, são os muçulmanos, são os árabes o motivo da ruína. Se a gente olhar a insanidade do presidente norte-americano - “vamos construir muros contra eles!”. Ou seja, o mundo todo tem uma versão do medo. E o medo, como a gente sabe, ele tem que definir uma linha, muito distinta, entre nós e os outros, e nós no Brasil sempre tivemos os nossos outros.

15:24

Seria interessante a gente pensar, pra redimensionar essa linha entre nós e os outros, que todos nós somos, em maior ou menor medida, perdedores do chamado capitalismo financeiro, do capitalismo rentista. Todos nós perdemos.

15:47

Lembro muito em uma das reuniões no Instituto Lula, o Lula ele disse o seguinte, que antes dele ser a grande liderança dos metalúrgicos, quando ele estava iniciando no movimento sindical, essas são as expressões dele, vou tentar repetir se minha memória não me trair. O Lula disse o seguinte, “olha, na década de 70, no início da década de 70, com o milagre brasileiro, o peão comia bem. Ele era analfabeto, ele mal sabia escrever (isso nas palavras do próprio Lula)... mas ele chegou a ter um padrão de classe média.

08

09

O metalúrgico, muitos imigrantes nordestinos. E de certa forma, na metade já da década de 70, o peão começa a sentir que ele começou a perder, algumas perdas materiais e isso fez com que o movimento sindical no ABC se fortalecesse de tal forma que ele dentro dessa dinâmica, ele virou uma liderança. Ele falou tudo isso pra dizer “olha como a minha liderança foi forjada a partir da noção de perda”.

17:02

Esse testemunho do Lula pode nos servir muito de paralelo porque na verdade, nesse momento de perda, que todos nós perdemos, nós não estamos nos reorganizando politicamente. Nós estamos estabelecendo e fortalecendo essa fronteira do medo e dizendo que o outro que é culpado por nós termos perdido nosso apartamento, por nós termos que entregar o carro. Que é culpa daquela vadia da Dilma, vai tomar naquele lugar... Não foi isso que a gente começou, a ignorância raivosa brasileira começou a emitir sinais? Ao invés de se sentir, digamos, as perdas desse capitalismo financeiro, se passa a buscar o inimigo.

17:46

A gente diz muito “porque o Brasil tá muito odioso, é a homofobia, é o racismo”. E aí eu costumo brincar, “Onde você estava, Alice?”. Alice no País das Maravilhas. Porque essa é uma raiz arcaica do Brasil, que ela ganha uma densidade nos dias de hoje de maneira impressionante. É que nos funda enquanto nação, a nossa elite - primeiro que ela sempre estabeleceu essa linha entre o nós e os outros, porque numa sociedade escravocrata o outro não era humano, era literalmente a escória. Quando esse outro, já no final do século XVII, início do século XIX, que a escravidão ela vai perdendo força como capital econômico, social e cultural importante, qual é o grande debate das nossas elites?

19:05

A Maria Célia, uma historiadora, tem um livro muito interessante que se chama “Onda negra, medo branco”. E ela vai dizer que sempre o medo das

nossas elites é que o Brasil se tornasse um Haiti, que foi o primeiro país das Américas a acabar com a escravidão, e mais do que isso, os negros lá tomaram efetivamente o lugar do jogo político. O fim da escravidão tem que se dar de maneira lenta e gradual, pra usar uns termos mais da nossa contemporaneidade. Mas guardadas as devidas proporções, era esse o pensamento do século XIX. E houve sempre esse medo, esse medo do outro. Ora, o que que se tem nessa disputa? Havia uma disputa muito forte entre os abolicionistas e os imigrantistas que, nessa perspectiva da ameaça, dessa massa ignara, dessa massa negra que envergonhava o país que queria ser europa. Era preciso que essa massa fosse deixada à sua própria sorte.

21: 10

Então a gente tem essa massa, ou seja, quando a Maria Célia diz “onda negra”, que é esse momento do fim da escravidão em vários países da América, e essa elite dizendo “o que pode acontecer conosco?”. A partir desse medo branco, a gente vai ver que esse medo vai ganhando vários ajustes.

Tentando aqui fazer uma junção, de uma maneira muito mal ajambrada, do que eu estou chamando dos “perdedores do capitalismo financeiro” - porque na verdade a gente pode colocar nessa conta só 1% de vencedores, que são os burocratas de Wall Street, os advogados de Bruxelas, os donos dos grandes bancos, as grandes corporações midiáticas.

21:58

Excetuando esses grupos, os 99%, os negros, os árabes, as mulheres, os transexuais, todos os outros eles estão de fato nessa dinâmica de perda, incluindo a categoria que a gente gosta muito agora de falar que é a do branco pobre. Como diria Vânia Santana, que ela brinca muito, o branco pobre ele não tem noção do quanto ele nos deve, porque essa categoria ela só surgiu por força das cotas.

Eu não sei se vocês lembram, quando teve as cotas e toda a discussão com o Governo Federal. Na época o Haddad não era nem ministro da Educação, ele ainda era secretário do Tarso Genro... Então toda a discussão é: mas e o

10

11

branco pobre? Pois até então não havia essa categoria. Eram pobres e ricos. Então, mas deixando essa ideia dos perdedores, eu passaria para o segundo ponto da minha provocação. Como que a gente pensa a intervenção militar a partir desse contexto de não enfrentamento das questões estruturais. E quando a gente enfrenta...

Dando mais um exemplo, a gente tem o nacional-socialismo na Alemanha. O que foi aquilo? Foi um medo. A primeira, a ideia da vitimização, porque nós na Primeira Guerra entregamos de bandeja. Havia um medo estabelecido naquele país. E a gente vê, a história nos ensina que quando a política tem como combustível o medo, as tragédias acontecem. Eu estou dando exemplo pra gente ter entre tantos outros exemplos, esse, muito vivo na nossa cabeça. Ora, quando a gente estabelece o medo como forma de governo, é preciso que esse outro, repito, é preciso que esse outro tenha uma fisionomia com contornos bem definidos.

E evidentemente, esses contornos bem definidos vieram na voz de Raul Jungmann quando ele diz: “tem que entrar na casa, tem que ter busca e apreensão”. Mas não são as pessoas da zona sul que tem algo a esconder. Ele está dando de barato que todo mundo que mora na periferia tem algo a esconder. Mas quem mora na periferia? São pobres, são pretos, são todos os outros. São todos os perdedores e são eles nossos inimigos. Eu estava numa conversa agora pouco que a tragédia é que se a polícia militar já trabalhava nessa perspectiva do amigo e inimigo, o exército com tanto mais razão, porque ele é treinado pra isso. Exército é pra minar, mirar e abater o inimigo.

E agora fazendo uso do meu caderninho, não sei se vou conseguir ler, está escuro. O Carl Schmitt, que é um jurista reacionário, conservador, a definição dele de política é: “toda atividade humana, o universo humano em duas categorias de relações contrárias. A moral distinguiria o bem do mal; a estética, o belo do feio; a economia, o útil do prejudicial; a política, o amigo do inimigo”. Ou seja, a gente tem um fundamento da política no Brasil a partir dessa linha do que é o amigo e o que é o inimigo. Se a gente tentar juntar os pontos do avanço do neoliberalismo, que é o capitalismo no

seu estado bruto, capitalismo, sem nenhuma bossa. O neoliberalismo é o capitalismo no seu pleno deserto.

Tem outro filósofo que eu gosto muito e que nesse momento ele deve ser um farol pra todos nós, que ele vai dizer: “o neoliberalismo nessa sua face terrível, ele faz com que toda humanidade experimente a condição do que é ser negro, porque foi só o corpo negro que experimentou a escravidão moderna, a escravidão transatlântica”. Vocês podem dizer, o que tudo isso tem haver com o medo e a intervenção militar? É que esse projeto neoliberal de definir o inimigo a partir de corporeidades que só a experiência negra e a de gênero podem informar, do ponto de vista da materialidade, o que é a brutalidade de tudo isso.

Porque quando vocês lembram daquele pai, indo pra televisão e dizendo chorando: foram 111 tiros no meu filho, ele diz pra repórter: acabou! E ele devolve a pergunta pra repórter, que fica com a voz embargada porque a ficha dela cai nesse momento. Ele devolve dizendo o seguinte: “vocês sabem o que são 111 tiros no corpo?” Não existe, não há parâmetros pra isso.

A presença, a militarização no Estado do Rio de Janeiro – que o Temer já escreveu hoje para seus leitores ser de fato um laboratório – significa dizer que pode se estender para todo o país. Significa dizer que já está tudo descoberto. E quando esse pai diz isso, que são 111 tiros, isso me lembra: não há parâmetros sobre isso, a gente não tem parâmetro sobre essa linha do inimigo, do corpo matável no país em que o exército está autorizado a abater com a intervenção militar.

*

12

Utilização da violência como elemento de auto-atribuição virtuosa



Poderia-se dizer que a intervenção federal em curso no Rio de Janeiro é flagrantemente inconstitucional, seja por instituir uma intervenção militar pelas mãos das forças armadas, por na prática instituir dois governadores no Rio de Janeiro ou por não ter sido seguido o procedimento regular na sua instalação. No mais, militares de alta patente clamam pelo direito de matar e, inclusive, que não haja comissões da verdade no futuro. Contudo, isso é mais complicado do que parece.

A particular intervenção feita no Rio de Janeiro foi autorizada pelos poderes constituídos e não foi bloqueada nem por um Congresso odiado e impopular – e, por conseguinte, à procura de pautas demagógicas – nem por um Judiciário estranhamente afeito à opinião das maiorias ocasionais.

Pode se dizer que os contrapesos falharam. Porém, em vez de uma análise idealista, talvez seja de bom tom admitir que estamos testemunhando a revelação da face sombria mas, ao mesmo tempo, inerente à natureza do Estado: a emergência una e monárquica do Estado, exercendo ativamente o poder soberano e suspendendo, a título de excepcionalidade, os direitos que deveria resguardar.

Não que um governo ilegítimo, tirânico no seu significado mais antigo e profundo, não tenha nada a ver com isso, ou mesmo nosso legado não resolvido da ditadura. Mas também não podemos ignorar que essa coisa estava lá o tempo todo e é, vejamos só, inerente à organização estatal aqui e em toda parte – por sinal, isso já está bem descrito no plano de ação do Estado moderno, em Hobbes, e não é gratuitamente que uma boa quantidade de pensadores se insurgem pela contenção do Estado ou mesmo por sua abolição.

Por outro lado, as massas desejam a intervenção porque, como nos lembra Walter Benjamin, o fascismo prospera onde alguma revolução fracassou. Nesse sentido, sem sombra de dúvidas, o estado de emergência carioca é

14

15

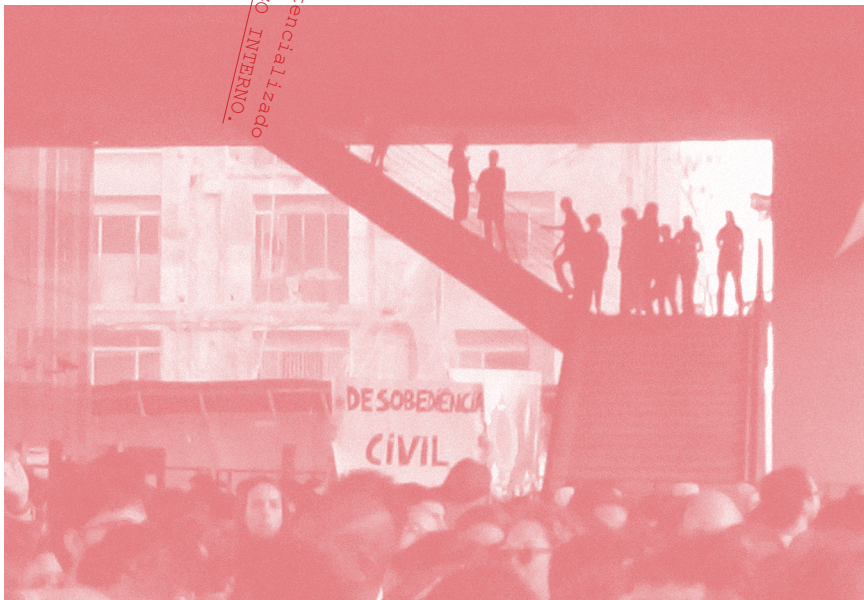
marcado pela explosão da pobreza, um colapso das contas públicas causado pela aliança entre os poderes políticos e as grandes corporações desoneradas, o consequente colapso dos serviços públicos e, por fim, mais e mais violência. Não é o recorde histórico, mas certamente os últimos dois anos marcam um avanço considerável da violência naquele estado.

Uma legítima intervenção federal, civil, democrática, voltada a restabelecer os serviços públicos nos termos da Constituição se justificaria, mas como ela não poderia ser oferecida, seja pelo sequestro do governo federal ou pela falta de capacidade atual das esquerdas em agir e pensar por fora do Estado - uma síndrome recém-adquirida - nada se fez. E a exceção soberana, que é sempre uma medida de exceção aparente, veio e satisfez pela perversão o desejo das massas.

Da mesma forma como o fascismo não se voltava a resolver os problemas sociais europeus nos anos 1920 e 1930, a intervenção carioca obviamente não se volta (nem poderia) conter a violência no estado, mas apenas transformá-lo em laboratório para o Brasil, em um projeto de mudar tudo para que nada mude. Uma ortopedia gatopardiana e agressiva. Combater os efeitos para manter a operação que é a verdadeira causa.

Nessa esteira, a corporação militar faz o que a corporação judicial está fazendo, agindo na onda dos eventos para garantir o seu quinhão nada desprezível do erário comum administrado pelo Estado.

Tampouco o governo ilegítimo deseja “popularidade” como isso, mas apenas governabilidade, uma vez que sua constituição se deu sem voto algum. Seja na reforma trabalhista aprovada ou na reforma da previdência, Temer não se orientou pelo apelo popular contrário, ele apenas se moveu nos limites reais da política. Os objetivos de Temer são evidentes: atrair os militares para o seu apoio, dando a eles o naco que há muito desejavam, inclusive o Ministério da Defesa; encontrar uma desculpa para o mercado no que diz respeito à previdência; e, sobretudo, se preparar para conter *manu militari* uma possível insurgência da multidão, em ano eleitoral e diante do avanço da grave crise socioeconômica.



O pano de fundo histórico elaborado nas últimas décadas é o da lógica do INIMIGO INTERNO.

17

A manobra do Estado não é demonstração da sua força, nem demonstração de força do governo, mas ao contrário, ato de fraqueza na qual se apela à força pura por se ter menos capacidade discursiva, simbólica e racional de gerar legitimidade. É a fera acuada, ainda que não menos perigosa. O que move isso é a potência da multidão, prestes a se tornar um ato insurrecional, nos termos de Espinosa e mais tarde Negri.

É a luta de classes no pós-golpe, onde os poucos favorecidos pela tomada do butim do Estado não estão dispostos a dividi-lo novamente e, por tal razão, os muitos desfavorecidos vão, organizadamente ou não, se levantar contra um estado de coisas insustentável. O arranjo do núcleo duro da oligarquia, com seus aliados internacionais, se fia nos seus fiéis executores na política, no aparato de segurança nacional e na Justiça.

O resultado disso pode ser uma escalada perigosíssima, que demandará ou um novo acordo de equilíbrio desequilibrado como a Nova República ou pode marcar o fim, para o bem ou para mal, dessa ordem. É hora das esquerdas, que foram postas para fora do pacto da Nova República, tirarem a Nova República de dentro de si e se aliarem novamente com a multidão.

Mesmo um novo acordo demandará luta e só será feito pela luta, mas façamos mais do que isso. Como nos lembrou Walter Benjamin, a tradição dos oprimidos nos ensina que essa exceção é, na verdade, regra geral. Uma hipernormalização, para a qual tudo é para sempre até que não é mais. *Precisamos construir um verdadeiro estado de exceção.*

*

Contrariamente ao que diz a teoria filosófico-jurídica, o poder político não começa quando cessa a guerra (...) a lei não nasce da natureza, junto das fontes frequentadas pelos primeiros pastores, a lei nasce das batalhas reais, das vitórias, dos massacres, das conquistas que têm suas datas e seus heróis de horror, a lei nasce das cidades incendiadas, das terras devastadas, ela nasce com os famosos inocentes que agonizam no dia que está amanhecendo. (...) A lei não é pacificação, pois sob a lei, a guerra continua a fazer estragos no interior de todos os mecanismos de poder.

Michel Foucault

Um dos principais fatores que dificultam a compreensão da situação política e social do Brasil hoje é o total esgotamento das categorias políticas e analíticas utilizadas para se chegar a essa compreensão. Conceitos ditos clássicos como “cidadania”, “autonomia”, “soberania”, “representação”, “garantias constitucionais”, e mais uma série de outros que derivam destes, tornaram-se, hoje, extremamente plásticos, moduláveis. Na verdade, foram derretidos no calor das lutas políticas que aconteceram desde a última década do século XX em todo planeta. A impressão é que nem mesmo quem os pronuncia está muito seguro de si ou acredita no que diz. Como não rir quando alguém (um especialista, um governante, um ministro) diz, após expor um ou dois argumentos técnico-jurídicos, que tais e tais decisões estão de acordo com a constituição e não ferem as liberdades democráticas? O contrário também é verdadeiro em relação aos que pregam respeito à Constituição. Isso se dá porque efetivamente as duas afirmações são possíveis devido a plasticidade discursiva/interpretativa do texto jurídico-político hoje e a impotência de fazer valer para além do malabarismo de interpretações.

Gilles Deleuze chamou esse riso incômodo de vergonha de ser um Homem, inspirado nos escritos de Primo Levi sobre os campos de concentração nazistas. Com isso, deu estatuto de conceito filosófico à popular expressão vergonha alheia, aquela que se sente como sua no outro, precisamente porque sabe-se que é possível, apesar de ridícula e/ou absurda.

A intervenção constitucional e militarizada na pasta de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro, instituída por decreto presidencial e capitaneada por um general das Forças Armadas Brasileiras, é um momento em que isso fica escancarado. Essa intervenção confirma uma série de tendências autoritárias das democracias que já vinham se firmando. Mas, ao mesmo tempo, aponta para os próximos passos. Curioso é notar como ela contradiz as teses sobre o estado de exceção (em sentido vulgar). A intervenção mostra como esse é o funcionamento mesmo da democracia hoje, na qual se combina cortes monetários (que é falso, pois no fundo é realocação de recursos e continuidade do roubo regular dos que se locupletam com erário público) com endurecimento do confronto, repressão e controles eletrônicos. À esta combinação se dá nome de política de austeridade (as semelhanças com a Grécia são evidentes, especialmente no estado do Rio de Janeiro). Estamos, com isso, enredados num processo de desconstrução do que conhecemos como democracia (*undoing the demos* como diz Wendy Brown) ou isso é apenas o esgarçamento dessa ilusória promessa de isonomia e isegoria que nos fez a democracia moderna?

O certo é que as crises não provocam mais momentos de ruptura, tornando-se o modo mesmo de governar os vivos. E justamente por isso esses vivos desejam mais e mais segurança. De modo que, hoje, ao invés de grandes golpes que mudam os rumos da configuração do Estado e da democracia, assistimos aos regulares dispositivos de exceção, próprios das democracias modernas, serem acionados a todo tempo em nome da segurança. Assim, temos o que podemos nomear de uma democracia securitária, para qual a justiça criminal e as Forças Armadas cumprem papel central. Isso explica, de um lado, a extrema militarização das polícias e, de outro, a policialização

dos exércitos. Entre uma e outra, o resultado é transformação dos espaços urbanos em praças de guerra e o aumento vertiginoso da letalidade estatal. No Brasil, isso se traduz em algo como 60 mil cadáveres empilhados todo ano, quase todos pretos e pobres. Se nos anos 1990 contava-se que o Haiti é aqui, hoje o número de mortes ultrapassa o acúmulo de cadáveres no conflito da Síria.

Neste quadro, a justiça criminal se amplia e se “democratiza” tornando-se o lócus das decisões políticas em todos os âmbitos (do local-pessoal ao nacional-internacional) uma consolidação da judicialização da vida, que definitivamente se torna vetor e forma da vida pública e biológica dos viventes. Ao mesmo tempo, as Forças Armadas redefine suas funções, adequando-se sempre que possível às regras constitucionais e aos protocolos das organizações internacionais, atuando em novos espaços e elegendo novos objetivos estratégicos, para os quais o cidadão fica entre ser o objeto de proteção (vulnerável), de um lado, e virtual inimigo a ser eliminado (ora terrorista, ora traficante, ora black bloc, ora corrupto, enfim, produtor de vulnerabilidades), de outro lado. Tal estado das coisas expõe as novas construções do inimigo social e confere novo sentido à máxima “é preciso defender a sociedade”.

Governar tornou-se a principal tecnologia de poder moderno para além de suas formas institucionais. Tecnologia de governo dos vivos que não abre mão do racismo de Estado, seu argumento definitivo para matar, executar.

Mas como o poço não tem fundo, a execução da vereadora do PSOL, Marielle Franco, no dia 14 de março de 2018 se mostra um ponto de clivagem radical desse quadro. Ultrapassa todos os limites da rotinizada violência letal dessa democracia securitária; coloca para cada um a urgência em assumir um lado nessa guerra estúpida. A aparente oposição entre milícias parapoliciais/paramilitares e as forças da intervenção militar é fumaça que turva essa tomada de posição. As especulações sobre os usos eleitorais disso, mesmo que em parte verdadeiras, só servem para preencher os inócuos debates televisivos e jornalísticos feitos pelos esbranquiçados especialistas. É

20

21

preciso saber, de forma inequívoca, que quem executou Marielle Franco foi o Estado. E, por exercício de lógica formal, constatar que os mandantes da execução são os mandatários do governo e capitães da intervenção federal militarizada.

A constatação analítica de Paulo Arantes em seu ensaio sobre as jornadas de junho de 2013, passados quase cinco anos, se confirma: “Depois de junho a paz será total”. A reação conservadora, no sentido literal da palavra, já que ela não foi apenas do Estado e, tampouco, ficou restrita aos setores ideologicamente identificados como conservadores e/ou de direita, se intensificou conforme a aproximação, pós-junho 2013, dos chamados Megaeventos (Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas Rio 2016) e, antes destes, Rio+20 e Visita do Papa Francisco (Jornadas da Juventude), repercutindo fortemente em ajustes e reformas institucionais, especialmente no que se refere ao campo da segurança (interna e/ou externa, se é que essas divisões ainda fazem algum sentido hoje no plano das práticas). Algo que fica explícito na reconfiguração das polícias: novos equipamentos e treinamentos especiais ministrados pelas Forças Armadas e em parceria com as polícias da Inglaterra e da França; criação de novos batalhões especiais de polícia e emissão regular de GLOs; promulgação de uma nova lei antiterrorismo (Lei no. 13.260, de 16 de março de 2016); maior atenção das forças policiais em registrar em vídeo as operações, assim como, monitorar as redes sociais digitais.

É evidente que tudo isso já estava em andamento muito antes de 2013: a Força Nacional de Segurança, por exemplo, foi criada em 2006. Mas “depois de junho” a figura, meio fantasmagórica, de um inimigo difuso e sem rosto (ou de rosto coberto) paradoxalmente tomou contornos mais discerníveis, ou o discurso do medo da desordem se tornou mais palpável para as pessoas, a partir de casos pontuais, como a morte do cinegrafista Santiago Andrade durante uma manifestação no Rio de Janeiro. Algo que, presumivelmente, os alvos seletivamente regulares das forças de segurança mais expostos à violência e/ou, no jargão de dominância liberal, aos abusos de autoridade, já sentiam pesar sobre eles muito antes disso. O caso Amarildo, que foi

morto sob tortura em uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) e dado como desaparecido, foi um alerta sobre esse avanço, que não encontrou eco. O caso de Rafael Braga Vieira, preso em junho de 2013 no Rio de Janeiro, condensa bem essa reconfiguração de continuidade e ampliação das forças de segurança sobre a população civil que se faz de forma difusa e capilar. E agora, Marielle Franco.

O exposto até aqui, portanto, mostra a centralidade da segurança na vida contemporânea. Não é necessário ir muito longe para perceber que hoje, em nome da segurança, é possível justificar quase tudo. A vida regular é repleta de pequenas humilhações às quais somos submetidos para garantir a segurança de si e dos outros. Essa humilhações e violências são ainda piores contra os pretos, os pobres, as mulheres e as subjetividades anômalas. Não é coincidência que Marielle Franco seja um pouco de cada uma. Assim, as suspeições regulares que caem sobre os sujeitos ampliaram-se, tornando a todos e a qualquer um possíveis ameaças à ordem e/ou virtuais terroristas, ou seja, alvos do terrorismo de Estado. Isso se tornou tão naturalizado que aquele ou aquela que arrisca questionar é tomado como louco ou louca, e visto, imediatamente, como uma pessoa suspeita a ser escrutinada pelas forças da ordem ou submetida aos dispositivos de monitoramento. No limite dessa prática de governo está o racismo de Estado que executou Marielle, sumiu com Amarildo de Souza e mantém preso Rafael Braga.

Entramos, em 2018, em ano de eleições majoritárias para os poderes executivos e legislativos em todo Brasil. Eleições já iniciadas muito antes de sua partida oficial e com configurações e contingências nada convencionais. Um processo eleitoral maculado por medos, suspeitas, ameaças, hostilidades e, como gostam de falar os juristas e institucionalistas, com sérios riscos de insegurança jurídica e constitucional. Isso já era verdade antes da execução brutal de Marielle Franco, hoje, isso é um truísmo. Seria “natural” que um movimento social mostrasse alguma relação e interesse por essa disputa de cadeiras e cargos, para evitar o vazio jargão “disputa de narrativas”. No entanto, ao insistir em suas pautas específicas, lutas pontuais, irritando e provocando suspeita de ambos os lados que vivem em função da disputa

22

23

pelo centro, algo mais decisivo e urgente se torna explícito: a exposição de que quem governa não está interessado em cessar o banho de sangue e que polícia e exército são os principais agentes da violência que os governantes dizem combater.

Isso é possível precisamente porque a insistência com a pauta específica leva o movimento a não caminhar em direção ao palco do espetáculo do poder executivo, com suas novas e velhas (emergentes e decadentes) celebridades; a não buscar cadeiras no balcão de negociações do poder legislativo, seja entre os mais mesquinhos ou entre os mais filantropos dos seus negociadores. É preciso ocupar as ruas, como fizeram as mulheres negras e seus tambores após a execução de uma delas. E que não se perca de vista que Marielle é uma delas. Essa decisão em ocupar as ruas e fazer desta a arena e o instrumento da luta, faz com que essa verdade, no mínimo inconveniente, emerja: é preciso desativar o dispositivo genocida do racismo de Estado. Pois se os ocupantes do governo se alternam, a polícia militarizada e o exército cumprindo o papel de polícia ficam. Algo que se dá a despeito das estrelas decadentes ou ascendentes que ocupam e se ocupam da política de governo. Se o Estado é lugar da política moderna onde todos buscam reconhecimento, é preciso uma revolta antipolítica nas ruas.

Para que isso se produza, pouco importa se nas ruas estão cem ou um milhão de pessoas, pouco importa se nas redes sociais digitais isso receba um ou mil *likes*, pois o que provoca o incômodo e tem a potência de expor o escândalo da verdade dos governos é a coragem de ser *minoria*.

Como disse o artista Rogério Duarte ao relatar sua experiência de tortura durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), momento em que esteve diante d'A Grande Porta do Medo: *pode ser que exista um princípio e um fim para as estórias, mas o que de fato interessa é o rio de sangue que corre no meio.*

*

E nós, o que dizemos?

Jacqueline Sinhoretto

A participação de Bolsonaro no debate eleitoral está produzindo efeitos concretos, como este da intervenção federal na segurança pública do Rio. Ele está arrebanhando um eleitorado que tradicionalmente votou nos partidos de direita. Estes estão tentando reagir a isto, no desespero. O PMDB que governa o Rio (ou ao menos ocupa o governo) deu uma cartada pesada. O problema é que existe este eleitorado conservador, muito raso na discussão política, que há décadas vem repetindo chavões totalmente vazios como “a solução é jogar uma bomba”, “a solução é chamar o exército”, “direitos humanos são direitos de bandidos”.

A democracia de baixo impacto produz esse sujeito político e ele está especialmente alojado nas camadas sociais que têm acessos precários a seus próprios direitos. É difícil explicar o que significa a liberdade individual a quem está preso em coerções sociais que negam o tempo todo sua liberdade: mulheres presas na maternidade compulsória e no fardo da dupla jornada; homens presos nos conceitos tradicionais de família e masculinidade, mulheres presas nos cuidados com crianças e pessoas idosas ou doentes sem nenhuma ajuda do poder público. Daquela sua tia que vomita repressão sobre a sexualidade dos outros, o que você sabe sobre o que ela abriu mão em sua própria vida para ser uma “cidadã de bem”? É difícil explicar para a pessoa que não frequentou a universidade pública que é preciso garantir isso aos outros. É muito difícil reconhecer ao outro o que não se tem para si. Questão difícil que uma democracia de massas que convive com alto nível de hierarquização e de repressão moral, alto nível de desigualdade de renda e desigualdade de direitos não foi até agora capaz de responder. A direita tradicional está com dificuldades de responder aos anseios desse público. A esquerda então...

De verdade qual é o discurso que temos para contrapor? Estamos trabalhando nisso por dentro dos nossos partidos, nos nossos movimentos?

24

25

Temos propostas concretas, exequíveis, consensuais entre nós (ao menos) para reformar as polícias, combater a violência de Estado, combater o racismo institucional, reorientar as políticas de segurança para a defesa da vida e da integridade física? Nós sabemos como fazer isso? De verdade? Eu tenho umas quantas ideias, temos algumas políticas nas quais nos inspirar. Mas acredito que quem não tem um plano não vai conseguir conquistar votos. Se os candidatos mais à esquerda vão chamar a PM para fazer a repressão e policiamento ostensivo, pode ser que o eleitor pense que é melhor chamar o exército, que tem mais poder de fogo. Se as candidatas feministas vão pedir cadeia e nada mais, talvez a eleitora pense que é melhor votar em quem acredita na cadeia e a tem defendido ao longo dos anos. Bolsonaro é a ponta visível de um conservadorismo social muito mais espreado. Muitos dos eleitores dele não são monstros sociopatas, talvez sejam pessoas com quem você irá almoçar amanhã. Se a gente apenas discursar sobre complexidades e conceitos sofisticados, sem concluir com propostas, alguém na mesa dirá: “pois é, só jogando uma bomba”.

*

A principal política mundial de drogas, antes de ser repressiva, é fundamentalmente, uma política de expansão de mercado, lícito e ilícito. A guerra às drogas vem cumprindo um papel estratégico e secundário em relação a expansão do mercado. Trata-se, portanto, de um duplo esforço para consolidar uma política que concilia elementos aparentemente opostos: ampliação do mercado e ampliação à repressão do mesmo mercado. Desde Al Capone já se sabe que tornar ilícito não impede o mercado de drogas de se movimentar. Muito pelo contrário, simplesmente altera seus meios, que se expressam a partir de múltiplas redes. As redes competitivas mobilizadas pelo próprio mercado globalizado. O mercado mundial de drogas não é fruto do acaso, é efeito de políticas econômicas muito bem delineadas.

Ao contrário dos liberais, os neoliberais defenderam desde sua origem que a relação entre oferta e demanda não era uma relação regulada por uma lei natural, uma mão invisível. A demanda precisava ser produzida, a concorrência estimulada e a desigualdade calculada. O *laissez-faire*, desde a crise de 1929, foi classificado pelos novos liberais como uma ingenuidade naturalista. Como qualquer outro mercado, o de drogas não surge de uma relação espontânea e não é regulado por nenhuma lei natural. O mercado de drogas é mobilizado por uma extensa rede que incessantemente produz uma demanda insidiosa, uma vez que não é acionada por uma narrativa tão estúpida quanto “sim às drogas”.

A demanda por um mundo com drogas, ou dependente de drogas, é mobilizada por uma complexa rede de narrativas do tipo: SEJA FELIZ, SEJA EFICIENTE, SEJA COMPETITIVO, AJA A QUALQUER PREÇO, SEJA O MELHOR, SEJA O PRIMEIRO, SEJA VIRIL, SEJA MAGRO, SEJA FORTE... O imperativo da competição desenfreada produz uma demanda por soluções somáticas, sensíveis e cognitivas que tem gerado um

agenciamento entre vida e drogas, sejam lícitas ou ilícitas. Remédio para acordar, drogas para dormir! Drogas para trabalhar, remédio para descansar! Drogas para dar tesão, remédio para dar ereção! No limite, se usam drogas para desacelerar e suportar o alto grau de competição que a vida se tornou. Trata-se de múltiplos agenciamento gerados e geridos pelo capital, incontroláveis pelo binarismo da lei: lícito ou ilícito. Antes de ser uma política econômica, o neoliberalismo é uma política que entende que a concorrência é um modo de vida.

O imperativo por um mundo competitivo produz uma demanda por um novo corpo, uma maximização de suas potências através de múltiplas substâncias e composições. No limite, a competição é guerra, ou melhor, um modo de organização de um estado de guerra mercadológica. A competição como modo de vida é uma guerra controlada pelo capital. Nesse ponto fica claro que não existe uma guerra às drogas, mas uma guerra pelas drogas. A chamada guerra às drogas nunca mirou o mercado de drogas, mas espaços geográficos e populações bem delimitadas. Espaços e populações que se encontram no comércio varejista desse mercado mundial: negros das periferias.

Mas o mundo é uma grande periferia que se enxerga a partir das lentes dos grandes centros. É nesse jogo de lentes que a guerra às drogas se torna co-aliada central na gestão da vida nas grandes cidades. Num mundo altamente competitivo e desigual, uma grande maioria, formada principalmente por negros, não terá vez nem cadeira cativa no jogo das mãos invisíveis (de homens brancos). A guerras às drogas tem como principal objetivo se integrar enquanto uma das principais estratégias geopolíticas do neoliberalismo, e instalar um Estado de exceção para evitar o que os neoliberais sempre denominaram de um “excesso de democracia”: a participação de minorias marginalizadas nas esferas de decisão política. O neoliberalismo abraça a política de drogas na suas duas facetas: produz um mercado e extermina os pobres, negros das periferias do mundo. A guerra se torna regra e se amplia, se torna permanente e interminável e reatualiza sua história íntima com o racismo. A imagem-pensamento, (utilizando Deleuze) da guerra, criada pela lente do centro, é de um fenômeno de exceção e

pontual. Aqui se trava uma disputa semiótica, quando *narrativas vindas das favelas, numa contramaré, se impõem enquanto resistência a denunciar que a guerra se tornou permanente e mata inocentes.*

Assim os neoliberais seguem sua cartilha do extermínio da população negra e ampliação do estado de exceção, para que Marielle, assim como Luther King, Rafael Braga e outros sejam silenciados. O racismo, como base concreta para a acumulação de capital, ancora-se sempre numa matriz biopolítica do risco e da segurança, em que o tráfico de drogas, agenciado historicamente ao tráfico de escravos, criava e ainda cria as condições para uma racionalidade de governo das liberdades em torno de um tipo meio-humano e virtualmente perigoso: o Negro. Como dirá Mbembe (2017) a “África, de um modo geral, e o Negro em particular, eram apresentados como os símbolos acabados dessa vida vegetal e limitada”. Segundo o autor, o Negro introduzido enquanto força - matéria energética, e enquanto forma - objeto a ser comercializado, passou por três processos: a escravatura, a colonização e o apartheid, que demarcam uma fratura em relação a qualquer processo de subjetivação eurocêntrico produzindo a separação de si mesmo, a desapropriação e a degradação.

Paralisar as revoltas das periferias para que a semiótica da segurança se mantenha intacta. Por outro lado, Marielle expressa uma junção política em curso temida pela direita fascista e neoliberal: a função entre feminismo e negritude como plano de consistência de uma nova luta de classes. A separação que os intelectuais e partidos de esquerda insistiam em produzir, entre lutas minoritárias e luta operária, a que a direita assiste de camarote, está com seus tempos contados. Marielle é cria da Maré e efeito das mobilizações de 2013. Ali, onde uma nova composição entre raça, gênero e condições materiais de uma nova luta de classe emergiu. Marielle é a expressão de uma revolução em curso!

28



“Um dia histórico, infelizmente, de dor, principalmente para quem é favelada e pra quem é favelado, quando de sopetão, nesta última quinta-feira, o presidente ilegítimo Michel Temer, não só pelas ameaças de retirada de direitos, a reforma da Previdência, por exemplo, via PEC, estabelece uma intervenção federal no estado do Rio de Janeiro, o qual demanda de alguns auxílios federais há muito tempo. Se a gente pensa no pagamento dos servidores, para dar um exemplo concreto e que foi de grande veiculação. Muito por conta e fruto desse último período, de críticas pesadas, de rebaixamento da sua popularidade e de uma mídia que favoreceu e fortaleceu o que a gente entende como uma ‘sensação de insegurança’ no estado do Rio de Janeiro pelo período do carnaval, se legitima esse processo de intervenção federal, que é colocado muitas vezes, inclusive como intervenção militar, porque ele age fundamentalmente em cima das forças de segurança.

É uma segunda-feira, fazendo alusão a essa chuva que cai, em que a cidade do Rio de Janeiro chora por mais um corte na carne. Esses dias, na Maré, a gente conversava sobre os quatorze meses de incursão militar, não só da Polícia Militar, mas do Exército brasileiro, da Força Nacional, de tanque blindado - e o barulho do tanque ainda é muito latente, ficava na porta de um dos prédios onde eu morei. Então esse medo, esse desespero é onde a gente chora porque corta na nossa carne. A iminência do confronto a qualquer hora. É óbvio que a gente vive numa cidade onde o que é passado é o debate da violência e da insegurança pública. Agora, tem muita resistência. Na última sexta-feira, após o anúncio da intervenção, frentes de favela, movimentos sociais, sociedade civil organizada, órgãos que inclusive agora estão tendo poderes retirados nesse lugar da democracia, como a Defensoria Pública, uma parte do Ministério Público, órgãos que fiscalizam e deveriam fiscalizar as ações da segurança pública que nesse momento da intervenção são negados, estão se mobilizando. Então é um

30

31

lugar que a vida no Rio de Janeiro fica ameaçada, mas também tem muita resistência. Não é à toa que a gente, não só contra a reforma, contra a PEC, contra a retirada de direitos, mas também contra essa mão que vem, de cerceamento e de controle, pra cima dos corpos de faveladas e favelados, que a gente vem ocupar a rua.

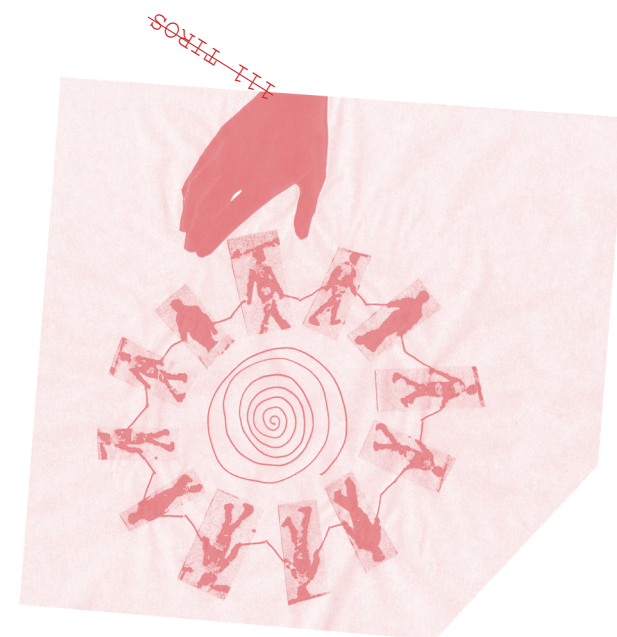
Olha, não só pouco efetivo, pouco eficiente, com pouca transparência. Um decreto que é tão genérico que a gente vai ter dificuldade por exemplo para ter esses números que hoje a gente obtém, porque antes tinha uma prestação de contas, por exemplo para o Tribunal de Contas. Então, acho que esse é um elemento importante. Agora, por quê? Eu enquanto favelada, eu enquanto vereadora, desde a época do meu pré-vestibular comunitário, (quando eu tive que fazer mais ‘pré’, porque as escolas da região não me davam condições de passar nas universidades públicas), já sabia que isso era político. Vinte anos depois eu te digo por que é político. É manobra, pra mim, do MDB - que também faz manobra, muda de nome pra parecer que muda a cara - mas vem com um perfil de intervenção militar num período eleitoral para salvar esse governo que não só ilegítimo, tinha baixíssima popularidade. Fica bem notório, se a gente pega os últimos anos, com algumas exceções salvo 2013 e 2015 onde teve Jornada Mundial da Juventude e acho que os jogos militares, o quanto as grandes intervenções militares foram em período eleitoral. Assim como, ainda para fazer um paralelo do debate da segurança pública, a derrocada das Unidades de Polícia Pacificadora também segue o ciclo do processo eleitoral. Não é à toa que o Cabral se reelege tão bem com o discurso da militarização, depois de ter feito a Chacina do Pan 2007, lançar as UPPs em 2008, e logo na sequência vir com a espetacularização e com a grande sacada - que isso a gente precisa de fato reverenciar e pensar quais são as alternativas que a gente tem, daí a mídia independente ser tão importante. Quais são as alternativas que a gente tem pra mudar essa narrativa. Eles ganham nessa narrativa de que o debate é da segurança. Pra mim o debate é da segurança no corpo do favelado e da favelada, onde vai apertar. Mas objetivamente é político.

A gente não pode se ausentar das responsabilidades, desde agora, dessa última intervenção militar no Salgueiro, em São Gonçalo quando tem mortes, na Cidade de Deus no último período. Mas infelizmente também no governo de esquerda, quando ele ocorre na Maré, ou quando a ex-presidenta Dilma sanciona a lei antiterrorismo. Então desse lugar de onde de fato abre a brecha para, ao invés da gente falar de algum nível de política de segurança pública, se fala de militarização, de ministro da Defesa, de incursões na vida das pessoas, sem considerar o lugar do direito, sem considerar o lugar que a gente espera de um governo de esquerda, falar de um Estado de bem-estar social, de políticas públicas qualificadas, de pensar alternativas reais para o varejo da droga, do menino que está ali. Diferenciando, por exemplo, a relação de redução de danos para quem é dependente químico. Enfim, infelizmente não foi o que aconteceu.

Agora, é verdade que nesse momento essa intervenção aprofunda, principalmente pela ilegitimidade do presidente, o que foi a GLO, a Garantia da Lei e da Ordem, num período atrás. Não é a mesma coisa, mas lamentavelmente foi num governo de esquerda, que essa porteira começa a abrir. Hoje a gente tem aí não só o temor, mas a iminência...

Como eu falava anteriormente, quem é que vigia os vigias? Hoje, quem é que presta contas sobre essa intervenção? O governador que é o governador militar, o governador interventor, o governador de outras pautas...? Nesse sentido é sim, dentro do governo de esquerda, que isso se aprofunda e hoje a gente tem ainda mais esse acirramento desse nível de violência nos corpos nossos de faveladas e favelados. A gente reclamava antes, questionava antes e é óbvio que não se trata de dizer de uma conduta de um governo de esquerda ou de um governo ilegítimo, se trata de defender a vida.

Nosso processo de redemocratização agora fica ameaçado. Servidor, saúde, caos em várias áreas e a intervenção é no lugar da segurança, que ajuda ainda mais a controlar o que já vinha sendo controlado antes.”



Os trechos a seguir, retirados de uma entrevista e um ensaio de Sayak Valencia, refletem criticamente acerca da política de gestão da morte empreendida pelo narco-estado mexicano no contexto da chamada Guerra às Drogas. Eles foram incluídos nesta publicação por duas razões: uma crença, de que certas situações sociais e políticas se repetem de maneira muito similar em diferentes territórios da América Latina; e uma aposta, de que a aproximação de uma análise distante possa nos ajudar a entender outros aspectos dos contextos em que estamos inseridos/as.

Sayak Valencia Triana é doutora em Filosofia, Teoria e Crítica Feminista pela Universidad Complutense de Madrid, poeta, ensaísta e performer. Professora e pesquisadora do Departamento de Estudos Culturais em El Colegio de la Frontera Norte, com sede em Tijuana (México), sua prática se desenvolve no ponto de encontro entre performances artísticas e pesquisa acadêmica.

Sayak, parte de seu trabalho se concentra em linhas de investigação como capitalismo gore, trabalho, subjetividade capitalística, corpos, violência, entre outras. Gostaríamos que você definisse essas categorias e nos ajudasse a explicar quatro variáveis intrínsecas de seu trabalho: narco-Estado, hiperconsumo, necropolítica e tráfico de drogas.

Sua pergunta é muito ampla. Ainda assim, os conceitos que enuncia são partes de um tecido com os quais tento refletir, de maneira crítica e descolonial, sobre certos processos como o narco-Estado e suas arestas, suas extremidades. No caso do México, tal como outros países, tem se popularizado um certo sentido de pertencimento que embasa toda legitimidade social no enriquecimento monetário, através da implantação de lógicas neoliberais complementares aos discursos de desenvolvimento, progresso e masculinidade – cujas bases encontram-se em nossos países desde suas independências, mas que foram atualizados nas últimas décadas com a popularização da violência e da morte como ferramentas de controle social, de enriquecimento rápido e de reafirmação machista.

A economia que acompanha ou que se atualiza com as lógicas necropolíticas dos Estados contemporâneos, cuja mais-valia se relaciona de maneira muito próxima com o derramamento de sangue explícito e injustificado, e a ruptura das solidariedades e do tecido social, é o que denomino Capitalismo Gore. Esse termo está inspirado nos filmes de terror lado B, em que o orçamento é baixo, o faturamento é ruim, e o resultado é a hiper-representação da violência: corpos destroçados, excesso de sangue e argumentos sem sentido que culminam no aniquilamento feroz dos corpos e, ao mesmo tempo, na sua des-realização.

Pensando no panorama local, em que estratégias poderíamos pensar, a partir uma perspectiva transfeminista, ante essa guerra em curso em que as principais armas são desenhadas e implementadas pela necropolítica?

As estratégias são múltiplas e também cotidianas. Para começar, não devemos ceder no nosso empenho de mostrar as interconexões entre o patriarcado, a masculinidade necropolítica, o racismo, o classismo, a economia e o Estado, já que, se seguirmos reivindicando nossos corpos e vidas com as estruturas das democracias patriarcais e neoliberais estaremos reproduzindo as lógicas dessa mesma estrutura. Uma estratégia simples, mas necessária, é praticar a desobediência para criar uma paz radical. Com desobediência me refiro a uma crítica-prática pela qual desobedeçamos os mandatos classistas, sexistas, racistas, capacitistas e capitalistas. Criemos uma comunidade viva dentro de lógicas que tenham sentido para a manutenção de um bem comum.

Em meio à devastação que vive o país azteca – e eu me atreveria a dizer que também outros países da América Latina – é necessária uma mudança de paradigma e a reconstrução de um novo tecido social que aponte a narrativas geopoliticamente situadas com respeito aos direitos humanos. Isso é possível em contextos violentos como os nossos?

O cenário que conhecemos e com o qual nos saturam diariamente é catastrófico. Entretanto, não deveríamos nos questionar se isso é possível ou não; construir e resgatar narrativas não ocidentalizadas nem aparentadas com o necropolítico, porque as redes de solidariedade e de sobrevivência que existem e que se traçam como linhas de fuga a esse cenário [catastrófico] são inegáveis. Não apenas é possível construí-las, mas também seria impossível não construí-las, e agenciamentos, por menor que sejam, são feitos cotidianamente.

Entretanto, se o que se busca é uma revolução à moda antiga, com fé em uma espécie de rebelião transformadora da totalidade do mundo, acredito que se repetirão os padrões já conhecidos com as “revoluções” patriarcais, que buscam fazer uma transformação econômica pensando

36

que assim solucionam as demais variáveis, ou que simplesmente tentaram trocar uma hegemonia pela outra, mas deixaram intacta a estrutura patriarcal, a homofobia, o sexismo, o racismo, o capacitismo e o classismo. As revoluções porvir devem ser lidas como agenciamentos micropolíticos, não essencialistas, que transbordem o mapa do “humano” e sejam também inter-espécies e ecologistas.

37



O capitalismo *gore* é o capitalismo do narcotráfico, da rentabilização da morte e da construção sexista do gênero.

Assim, o narcotráfico no México e a criação de um proletariado *gore* podem ser lidos como produtos das demandas neoliberais em direção a uma sociedade cuja economia política é disfuncional, que tem como cenário expandido o contexto socioeconômico atual, em que reina a precarização econômica (que se converte em precariedade existencial) e que derruba, de maneira clara, os mitos do progresso que o discurso do iluminismo e do humanismo vinham propondo como caminhos válidos para aceder à “modernidade”.

O narcotráfico, como dispositivo de controle, nos mostra também a lógica inexorável com a que se tem justificado a corrupção na burocracia, no governo, na polícia – estas últimas se embasando em servir, enquanto detenham o poder, aos que ganham dinheiro, sejam empresários, delinquentes, ou ambos. Sabemos que corromper-se não é uma decisão difícil quando o panorama que se vislumbra é apenas perda e problemas econômicos. O que resulta difícil nesses casos é resistir à tentação consumista. A estrutura da distopia é complexa, por isso a guerra contra o narcotráfico que está empreendendo o Estado mexicano, deixa patente que:

As soluções baseadas na maior utilização da polícia e de militares delata uma estrondosa renúncia de responsabilidade política por parte de seus autores. São obras de políticos desprovidos de imaginação, que carecem da visão ou do interesse necessário para abordar as enormes injustiças estruturais da economia mundial que se alimentam do crime e da instabilidade (Glenny 2008, 475).

A narcomáquina no México representa a gestão da violência extrema como principal via para a ocupação/conservação de um território, à livre circulação

e obtenção de um produto (drogas) para o estabelecimento que outorga e garante um crescimento exponencial de lucros, reportando maior poder econômico e legitimando, deste modo, sua pertinência e supremacia entre as lógicas do mercado, do patriarcado e do capitalismo internacional.

Os discursos oficialistas que defendem essa guerra não dizem que no México os cartéis de droga não poderão ser erradicados de maneira eficaz enquanto não se erradicam as desigualdades estruturais entre a população; enquanto a ausência de trabalho persista e nos coloque de frente com a impossibilidade de encontrar outra saída que não seja a imigração; enquanto não se desconstruam os conceitos de modernidade e de progresso e deixem de utilizá-los como diretrizes do discurso político, e que esse integre as possibilidades reais de uma política geograficamente pertinente; enquanto não se escape da espetacularização da violência e a celebração do hiperconsumismo; enquanto não se questione a estrutura do Estado mexicano embasado na supremacia masculina que necessita da utilização da violência como elemento de auto-afirmação viril; e, sobretudo, enquanto não se conte com uma estabilidade econômica que funcione a médio e longo prazo.

*

organização

Urucum

projeto gráfico

Paula Ordonhes

colagens

Juliana Andrade

fotos

Felipe Figueiredo, Henrique Parra, Paula Ordonhes, Alana Moraes, Gabriela Acerbi

textos

Edson Teles, Acácio Augusto, Hugo Albuquerque, Jacqueline Sinhoretto, Rosane Borges, Tadeu de Paula, Sayak Valencia, Fred Lyra, Alana Moraes, Fábio Zuker, Gavin Adams, Henrique Parra
* fala de Marielle Franco: vídeo Pávio e transcrição Urucum

edição

Bárbara Lopes, Fábio Zuker, Gabriela Nardy, Juliana Andrade, Gabriela Acerbi, Alana Moraes, Henrique Parra

apoio

Tapera Taperá

